

DEBATES E DILEMAS EM CUBA HOJE

Debates and dilemmas in Cuba today

Fabio Santos¹

Introdução

Ainda que a presidente da Federação de Estudantes Universitários afirme que "Cuba não está fazendo reformas, mas atualizando seu modelo econômico" (Martínez: 2016), ressoando à visão estatal, muitos entendem que o país está, "ainda que talvez não nos goste a palavra, diante de uma reforma" (Cobo: 2013, p. 70). O núcleo dos dilemas atuais está referido às limitações para universalizar direitos sociais em uma economia subdesenvolvida, agravadas por pressões modernizadoras na direção de um padrão de consumo associado à sociedade digital. Em uma palavra, remetem às possibilidades contraditórias de realização, em um entorno hostil, de um "socialismo primitivo" (Martínez Heredia: 2003).

A raiz das mudanças em curso estão referidas aos problemas econômicos que eclodiram no chamado "período especial", quando o PIB do país caiu 35% entre 1989 e 1993, diante do colapso da União Soviética. A reação à crise implicou uma abertura controlada à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro, além da tentativa de disciplinar disparidades internas que não se conseguiu evitar. Nos anos subsequentes houve uma recuperação, e entre 1995 e 2005 o país cresceu em média 4,5% ao ano, enquanto o turismo crescia 18%. Em 2006, ao constatar que o PIB havia voltado ao patamar de 1989, o Ministério da Economia declarou que Cuba havia superado o "período especial" (López Segrera: 2010, p. 31).

Apesar da recuperação conjuntural da economia e do alento propiciado por relações favoráveis com a Venezuela, a dimensão estrutural dos problemas se acentuou em anos recentes. Já entre 2008 e 2010 o crescimento do PIB recuou para, em média 2,5%, enquanto se agravou o déficit fiscal. A impossibilidade do Estado cubano sustentar o padrão de vida pretérito dos trabalhadores é revelada pela análise dos gastos básicos de famílias que dependem do salário ou de aposentadoria. Em 2011, os gastos com alimentação consumiam entre 59% e 74% da renda familiar cubana, já que a cesta básica a que todo trabalhador tem direito (*libreta*) não satisfazia o consumo calórico mínimo de um adulto, embora sim de crianças até 7 anos. Neste mesmo ano, calculou-se que o déficit de ingressos para satisfazer às necessidades elementares de

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Email: faboroso@gmail.com

reprodução da vida oscilou entre 185 CUP (família com dois trabalhadores e um aposentado) a 747 CUP (família com um trabalhador) (García Álvarez; Anaya Cruz: 2014). Estes dados revelam que toda família cubana cujo rendimento provém do Estado, se vê impelida a buscar fontes de renda complementares.

Diante deste cenário o ex-ministro José Luis Rodríguez, que pilotou a economia da ilha através do período especial, sintetizou os desafios recentes em três pontos: reduzir o déficit do balanço de pagamentos; aumentar a produtividade do trabalho; ampliar e melhorar a infraestrutura (Rodríguez: 2016). Os "Lineamientos de la política económica y social", aprovados no IV Congresso do Partido Comunista Cubano em 2011, condensam a resposta política do Estado cubano nesta conjuntura (IV Congreso: 2011).

Neste artigo, analisamos os desafios vividos pelo processo cubano na atualidade, apresentando alguns dos debates e dilemas salientes no momento em que morreu Fidel Castro. Com este objetivo, recorreremos a fontes escritas e a testemunhos orais. Entre os primeiros, merecem destaque para os debates promovidos pela revista "Temas", onde encontramos uma fonte privilegiada para mapear as controvérsias recentes. Já os testemunhos orais se originam de conversas coletivas realizadas entre 5 e 14 de dezembro de 2016 em Havana nos marcos do Programa de Extensão "Realidade Latino-Americana" da Universidade Federal de São Paulo. Este projeto deu origem a um livro recém-lançado, em que este processo de investigação coletiva é detalhado e vários assuntos aqui abordados são desenvolvidos (Dessoti; Santos; Vasconcelos: 2017).

A estratégia cubana nos *lineamientos* e os impasses da realidade

Em linhas gerais, o ensejo de aumentar o dinamismo e a eficiência da economia cubana é identificado com o imperativo de ampliar o papel do mercado e da iniciativa privada, em oposição à economia estatal. A expectativa é que o Estado cumpra o papel de regulamentar o mercado, disciplinando a iniciativa privada e o investimento estrangeiro com a finalidade de preservar as conquistas sociais da revolução e a soberania nacional.

Os *lineamientos* se baseiam na leitura de que é necessário diminuir o emprego estatal e conceder maior eficiência às empresas públicas. Nesta perspectiva, está em curso um processo de reorganização do Estado e de suas empresas, que prevê o remanejamento de 1,2 milhões de trabalhadores, em que alguns são realocados dentro do setor público, enquanto outros migram para o *cuentapropismo*, mas muitos se aposentam no caminho. Existe a intenção de transferir ao menos 20% da força de trabalho para o setor não estatal. Na outra ponta deste processo, se estendeu a possibilidade de trabalho por conta própria para 178 atividades (Díaz Vázquez: 2011, p. 130).

Há setores da sociedade cubana que apostam no fortalecimento de um cooperativismo genuíno, referido à autogestão e com elevada autonomia em relação ao Estado, como alternativa à via *cuentapropista*. Piñeyro observa que os *lineamientos* estimulam, pela primeira vez, a formação de cooperativas fora do setor agrícola. Porém, na prática a sua constituição é mais burocrática e demorada do que um negócio próprio, pois exige aprovação do Conselho de Estado. Entre 2013 e 2014 oficializaram-se 498 cooperativas, mas até o final de 2016, a criação de novas unidades estava paralisada (Piñeyro: 2016).

Por outro lado, o *lineamiento* 17 prevê que empresas estatais ou cooperativas não solventes podem ser fechadas ou privatizadas, enquanto o *lineamiento* 219 prevê a venda ou arrendamento de equipamentos industriais do Estado a particulares (PCC: 2011). Entretanto, há disposições contrárias à concentração da propriedade dos meios de produção (*lineamiento* 3), o que não impede manobras para burlá-las, como *cuentalpropistas* que mantem negócios em nome de familiares.

O princípio comunista "de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades", dá lugar, nos *lineamientos*, à uma retribuição salarial referida à produtividade. Nesta perspectiva, o *lineamiento* 171 rompe com o incremento simultâneo dos salários em todos os níveis, priorizando as atividades "que aportam benefícios de particular impacto econômico e social" (PCC: 2011). Assim, enquanto cientistas do ramo de biotecnologia tiveram aumento salarial, e estivadores recebem bonificações em moeda forte quando descarregam com rapidez, o salário dos professores permanece sem reajuste, acentuando a evasão da carreira. Em 2016 não houve candidatos inscritos para a carreira do magistério (Fernández: 2016).

No plano social, os *lineamientos* 173 e 174 preveem a abolição gradual da *libreta* e de outros subsídios universais, propondo que este tipo de assistência seja focalizado naqueles que mais necessitam. Também se está modificando a previdência, apontando para maiores contribuições dos trabalhadores no setor estatal e não estatal (PCC: 2011, *lineamiento* 165).

A liberação da compra e venda de casas e automóveis é reconhecida (*lineamientos* 297 e 286) enquanto se anuncia a abertura de linhas de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis e materiais de construção (Hernández Pedraza: 2016). Em um país onde somente a empresa estrangeira e o setor privado recolhiam impostos, novos tributos são previstos, em consonância com a ampliação do *cuentalpropismo* e das transações mercantis.

No campo, enfatiza-se a continuidade da entrega de terras estatais ociosas em usufruto, processo desencadeado com a emissão do decreto-lei 259 em 2008 (*Lineamientos* 187, 189, 198). Em 2006, identificou-se cerca de 60% das terras nacionais em situação improdutiva, das quais 40% tinham sido distribuídas em 2016. Valdés Paz considera que está em curso no país uma quarta reforma agrária. Diferentemente do período especial, quando se estimulou a formação de cooperativas a partir das propriedades estatais, há uma tentativa de "recampenizar" os campos cubanos, difundindo a produção camponesa (Valdés Paz: 2016). O objetivo principal é aumentar a produção de alimentos, para diminuir as importações.

Porém, em um país urbanizado, em que a maioria dos cubanos na zona rural integra o serviço público, poucos querem retornar ao trabalho duro do campo. Dilema similar vive a construção civil, setor em expansão mas que enfrenta escassez de mão-de-obra. A revolução se confrontou com uma situação análoga em seus anos iniciais, quando a necessidade de exportar esbarrou no ódio dos cubanos ao açúcar, associado à super-exploração do trabalho, e ao qual ninguém queria se dedicar no país emancipado. Na atualidade, o Estado acena com altas taxas de lucro, além da possibilidade de construir casa e benfeitorias. Cogita-se que a reforma constitucional anunciada pode substituir a figura do usufruto, pela propriedade (Valdés Paz: 2016).

Por fim, os *lineamientos* relacionados ao capital estrangeiro reafirmam, simultaneamente, a necessidade de atrair e disciplinar os investimentos (*Lineamientos* 96 a 107). Esta é uma equação delicada, na medida em que, ao capital internacional, só interessa a disciplina favorável aos negócios. Sob este prisma, o principal atrativo de Cuba é uma força de trabalho altamente qualificada e barata. Embora nesta conjuntura haja cubanos que preferem receber divisas de um capitalista do que ordens de um burocrata - o "explorado feliz" -, a intenção prevalente é conciliar investimento estrangeiro e desenvolvimento nacional (Rodríguez: 2016).

Entendo que, no momento, há uma espécie de queda de braço entre o governo cubano e o capital estrangeiro, em que se pretende o mínimo de concessões para atrair o nível de investimento almejado. Em 2014 foi promulgada uma nova lei de investimento estrangeiro, permitindo a atuação das empresas "totalmente estrangeiras". Entre outros incentivos ao capital internacional, se estipula a isenção de impostos sobre o lucro durante os primeiros oito anos de investimento; sobre os lucros reinvestidos; sobre os ingressos pessoais de sócios estrangeiros; sobre o emprego da força de trabalho (além da contribuição previdenciária de 14%); isenção do imposto alfandegário no período do investimento, entre outras disposições. Neste mesmo ano, circulou pela primeira vez uma Carteira de Oportunidades de Investimento Estrangeiro, apresentando 246 projetos em busca de investidor na ilha, muitos deles na Zona Especial de Desenvolvimento (ZED) associada ao porto de Mariel. Desde então, se registraram 15 novos acordos na ZED Mariel e 54 fora dela, movimentando um total de U\$D 1.300 milhões, cifra ainda aquém das expectativas governamentais (López R.; Herrera Carlés: 2015; Malmierca, 2016).

O dilema é ilustrado por uma anedota que circula no país: o governo cubano oferece uma carteira de investimentos possíveis ao capitalista estrangeiro em Mariel, e explica cada um deles. Seu interlocutor escuta, fecha a pasta e diz: "o que eu quero saber é quanto vale Mariel" (Valdés Paz: 2016).

No conjunto, os *lineamientos* expressam a leitura resumida pela economista Gladys Hernández, de que Cuba necessita potenciar uma economia mista, já que o Estado não pode garantir o pleno emprego, e a sociedade não admite desemprego elevado. Entende que a preservação dos serviços públicos universais serve como um importante "colchão social", que ameniza o choque da crescente desigualdade (Hernández Pedraza: 2016). Valdés Paz também ecoa a muitos, quando diz que Cuba permanece uma economia planificada, em que o Estado controla setores econômicos (finanças, indústria, hotéis) e sociais (saúde, educação, ciência) estratégicos. Na antítese do livre-mercado, afirma que "em Cuba, ninguém está só, nem há nada solto" (Valdés Paz: 2016).

Diferente de quem entende que as experiências socialistas "subestimaram as leis de mercado" (Alzugaray Treto: 2009, p. 46), o ex-ministro Rodríguez está entre os que admitem uma contradição essencial entre socialismo e mercado. Mas diante da inelutabilidade da mudança, se refere a um esforço de "dosificação" das medidas, visando soltar as tensões sociais sem perder o controle sobre o tempo do processo. "Sem pressa mas sem pausa", como diz Raul Castro (Castro: 2011). Resume sua leitura sobre o sentido do que está proposto dizendo que Cuba é uma economia planificada que contempla o mercado, enquanto China e Vietnã são economias de mercado com modulação socialista, porque tem aspirações

redistributivas. E por fim, reafirma a vontade política prevalente de não permitir que se opere uma restauração capitalista na ilha (Rodríguez: 2016).

Debates e dilemas

Cuba atravessa, no momento, o maior debate público vivido em 57 anos de revolução. Rafael Hernández, intelectual à frente da Revista Temas e dos debates de "ultimo jueves", que estão entre os espaços críticos de maior vitalidade no país, enumerou as principais pautas em discussão (Hernández: 2016):

1. o problema da desigualdade, que quadruplicou em 25 anos, em paralelo ao tema do crescimento: seria a desigualdade um custo a pagar pelo crescimento?
2. supercentralização versus controle: como descentralizar sem perder o controle, ou como gerar novas formas de controle? O debate cubano não é pautado pela ideologia do Estado mínimo, pois prevalece a percepção de que o Estado tem um papel social fundamental.
3. o espaço do setor não estatal, tanto privado como cooperativo. Há diferentes visões sobre como dinamizar e democratizar a economia.
4. modificar o que Raul Castro descreve como "velha mentalidade", associada aos vícios políticos e culturais herdados da influência soviética, como o dogmatismo e o burocratismo. Há um paradoxo, na medida em que os responsáveis pela reforma, perderão poder.
5. o papel da lei: o descompasso entre as mudanças em curso e a lei vigente, que demora a modificar-se. Por exemplo: há um novo código de trabalho geral, mas que não contempla o setor *cuentalpropista*, pois são reconhecidos como trabalhadores por conta própria, e não como empresas. Portanto, muitos dos que trabalham, na prática, para pequenos e médios empresários, não tem regulamentados o horário de trabalho, o salário mínimo, as férias, a proteção à gravidez, entre outros (Fernández: 2016).

Há duas questões centrais que atravessam estes debates, e se relacionam: a reforma econômica e a democratização da política. Há consenso entre os cubanos sobre a necessidade de ambas, mas há diferentes formas de interpretá-las.

Camila Piñeiro descreve três correntes no debate econômico: 1) a visão estatista, defendendo mudanças mínimas, geralmente associada à setores da burocracia estatal; 2) uma visão economicista, que favorece a propriedade e a iniciativa privada, frequentemente emulando a referência chinesa; 3) aqueles que defendem uma democratização das relações produtivas referida a interesses coletivos e não individuais, associada principalmente ao cooperativismo (Piñeiro: 2016). Além destes, constata-se uma minoria simpática à liberalização *tout court* (Fernández: 2016), assim como há vozes no pólo oposto, acusando no processo em curso uma renúncia aos ideais da revolução (Katz: 2014). Porém, o que prevalece é a defesa de caminhos discrepantes, mas igualmente convictos de realizarem o ideário revolucionário nas condições atuais.

Nem sempre este denominador comum se traduz em convergência de ideias ou maior clareza no debate. Frequentemente, valores socialistas aparecem imiscuídos em um vocabulário referido à

racionalidade capitalista. O termo "capital humano", de uso corrente na Cuba atual, é representativo deste fenômeno (Salazar Fernández: 2012). Fidel Castro se referiu ao termo nas seguintes palavras: "Capital humano implica não só conhecimentos, mas também - e essencialmente - consciência, ética, solidariedade, sentimentos verdadeiramente humanos, espírito de sacrifício, heroísmo, e a capacidade de fazer muito com muito pouco" (Castro: 2005). Outro exemplo é trabalhar a imagem de Cuba como uma "marca-país" no mercado turístico internacional (Ricardo Luis: 2014).

Em um debate recente sobre a atualização do socialismo em Cuba, delimitaram-se as balizas da discussão. Há quem defenda a importância de "conformar uma cultura empresarial competitiva, na qual o empresário se perceba na sua condição de criador da riqueza, comprometido com os clientes aos quais destina a sua produção, seus serviços e adquira verdadeiro sentido sua responsabilidade social" (Cobas: 2013, p. 71). Por outro lado, há quem critique os *lineamientos*, dizendo que ali: "O que se está propondo é uma maior autonomia empresarial, leia-se gerencial; no documento não se menciona o tema da participação dos trabalhadores e da população". E emenda: "necessitamos poder do povo e não só propriedade de todo o povo" (Alonso: 2013, p. 72)

Enquanto uns sugerem que "O desenvolvimento radica no desenvolvimento empresarial" (Nova: 2013, p. 75), outros perguntam: "se não estamos prontos para autogestionarnos, quando estaremos?", defendendo o fortalecimento de uma "cultura de iguais" (Piñeyro: 2016).

A complexa relação entre meios e fins em uma sociedade que se propõe a superar o capitalismo, tem nas relações de produção um tema central. E também neste campo, valores socialistas arriscam embeber-se de uma racionalidade mercantil. Em uma análise sobre as relações de trabalho na política de atualização, Martin Romero considera que Cuba, ao "não abandonar esquemas de gestão verticalista, salarialista e centralizadora, renunciou à vantagem comparativa (do socialismo) de contar com o envolvimento e o compromisso dos trabalhadores" (Martin Romero: 2015). Não seria um paradoxo superar o trabalho alienado como meio de obter vantagem comparativa no mundo contemporâneo?

No fundo deste debate, se defrontam duas vias: o recurso a meios capitalistas, que se pretende subordinar a fins socialistas, versus a orientação dos ventos da mudança rumo a uma democratização em todas as dimensões, que incluem as relações de produção. Este dilema exige ponderar as possibilidades reais de mudança nas relações hierárquicas de produção, o que implica questionar até que ponto a revolução cubana construiu o sujeito de uma sociedade emancipada. Quando Piñeyro pergunta "se não agora, quando estaremos prontos para a autogestão?", é preciso recordar que, nos anos iniciais da revolução, certamente não estavam: a maioria absoluta dos trabalhadores rurais optou por servir a uma fazenda estatal em lugar de constituir uma cooperativa (Vasconcelos: 2016). O legado da escravidão e da monocultura açucareira não favorece a autogestão. Portanto, uma cultura nesta direção precisaria ser forjada.

É neste ponto onde os desafios econômicos e políticos da revolução se encontram. Pois a despeito do alto nível de escolaridade e da notável cultura política do cidadão comum, que impressiona a qualquer visitante à ilha, há uma avaliação generalizada de que prevalecem limites para a formação de um sujeito emancipado.

O educador Ariel Dacal recorda que a educação cubana alcançou níveis de excelência atestados rotineiramente pela UNESCO, mas sempre nos moldes do que Paulo Freire chamou como "educação bancária". Na sua visão, é uma sociedade altamente informada, mas que tem restritas capacidades de produzir política a partir desta informação (Dacal: 2016).

Este é um problema para aqueles que consideram imprescindível contrarrestar a crescente pressão mercantil, com o engajamento crítico em defesa dos valores revolucionários. Em particular, discute-se a situação da juventude, o que está vinculado a uma apreciação crítica sobre o sistema educacional e a participação política.

Em um debate sobre estes assuntos, observou-se que "Nossa educação está planejada, organizada, projetada de maneira despolitizada porque quando se politiza se faz como ritual, dogma, ou memorização de circunstâncias." (Fernández Estrada: 2013, p. 75). Desdobrando esta perspectiva crítica para a política, o jornalista Luis Sexto afirmou: "Se continuamos insistindo em que a consigna e a fraseologia é o melhor modo de unir, de fazer política, seguiremos nos equivocando (...)" (Sexto: 2013, p. 76). Neste diapasão Julio César Guancho, um dos expoentes da crítica ao governo pela esquerda, relacionou a despolitização a um esvaziamento da legitimidade do governo: "Em Cuba a despolitização expressa a crise da política oficial; ou seja, a desconexão, a desvinculação, a ruptura com a política oficial que existe em curso. Quando se despolitiza é porque alguém foi despossuído da política" (Guancho: 2013, p. 78). Um assistente ao debate ofereceu uma visão distinta: "Nossa sociedade está completamente politizada. O fato de pensar de maneira diferente (...) a isso não chamo de despolitização, mas estar politizados em uma direção diferente" (Garcés: 2013, p. 78).

A questão da politização está vinculada à participação política e à questão dos valores. A partir deste ângulo, Hernández indaga se "Pode haver uma mudança de mentalidade e de valores sem que mudem os modos de participação, os acessos ao poder, as hierarquias estabelecidas?" (Hernández: 2013, p. 78). De fato, constata-se pressões de origem diversa dentro do campo revolucionário por mudanças nesta direção.

Estas questões são particularmente sensíveis em relação à juventude, cujo compromisso revolucionário é motivo de ceticismo no exterior. Embora prospere um ideário individualista, sintetizado no lema "*solo hay una vida*" - e essa vida é a sua, não a de alguém ao seu redor (Limia: 2017) -, também há aqueles que reivindicam maior participação nos rumos do país desde uma posição engajada.

Em um debate sobre a relação dos jovens com a revolução, um participante afirmou: "Os jovens cubanos não estamos curtidos na participação e no exercício do poder. Tampouco temos clareza do que queremos e das formas de consegui-lo" (Rojas: 2008, p. 159). O rechaço à participação tutelada foi resumido por outra jovem na seguinte sentença: "Os jovens não queremos que nos deixem brincar de fazer a Revolução: queremos fazer a revolução" (Ortega González: 2008, p. 154).

Mais além do papel da juventude, o cientista político Julio Fernández observa que, em Cuba, o povo se acostumou à participação popular amparada pelo Estado. Evidentemente, isso se dá nos marcos da origem singular do Estado cubano, da sua renovada legitimidade como defensor dos valores revolucionários, e da exigência de unidade contra a agressividade dos Estados Unidos, que nunca foi retórica. Neste contexto,

chama a atenção a sua observação de que o povo tem escassa relação com a luta política e precisa adquirir experiência neste campo (Fernández Estrada: 2016). Esta reivindicação supõe uma relação modificada com o Estado. Será que a renovação da política cubana que se almeja corresponderá a um aguçamento das contradições características de uma sociedade de classes?

Vislumbra-se um desenrijecimento do Estado, em que o dogmatismo e o controle associados à influência soviética são postos em xeque, abrindo possibilidades progressistas para as formas de fazer política e cultura em Cuba. Porém, isso se dá em um contexto de mercantilização da vida, que milita contra a nação, a igualdade e o internacionalismo como valores coletivos. Morlote recorda que no tema da cultura nunca houve bloqueio, e o *American way of life* se faz presente na TV, no rádio, nos cinemas e nos turistas (Morlote: 2016). O delicado paradoxo da radicalização democrática na unidade revolucionária, entre o fogo cruzado dos Estados Unidos e da burocracia, foi sintetizado nestas palavras por um jovem: "O chamado à disciplina, dentro das filas revolucionárias, tem que estar compensado por uma indisciplina urgida pelas necessidades da mudança." (Pérez: 2008, p. 155).

Considerações Finais

Na Cuba atual, o Estado perdeu o monopólio das perguntas e das respostas sobre o futuro do país. A ordem social em que o Estado tem o compromisso de resolver os problemas dos seus cidadãos, em uma trajetória que aponta para o comunismo, entrou em crise. O sentido das mudanças iniciadas no período especial já não tem caráter provisório nem reversível, e a utopia comunista, rarefece. Vive-se um momento de transição, em que o paradigma anterior perde lastro na realidade, mas ainda não se consolidou uma alternativa com capacidade mobilizadora comparável.

O sentido da mudança na ilha está em disputa e imagina-se o país de muitas maneiras. Obama compartilhou a sua com os cubanos em visita ao país: "Nos Estados Unidos temos um monumento claro do que podem construir os cubanos: se chama Miami." (Apud: Limia, 2017, p. 83).

Dentro da ilha, existe alto consenso em torno a um projeto de nação que preserve a universalidade das conquistas sociais e a soberania. As reações espontâneas à morte de Fidel deram este testemunho: os cubanos homenagearam em massa o líder do processo que identificam com a própria nação, a despeito de discrepâncias que todo cubano tem. Foi o reconhecimento de um legado, mas também uma mensagem ao futuro: as manifestações tiveram um importante efeito demonstrativo junto aos Estados Unidos e ao mundo (Garcés: 2016).

Como disse a presidente da FEU, o problema não é os que estão contra a revolução, mas os rumos que a revolução tomará: em que medida será possível preservar o valor da igualdade frente às mudanças em curso, e como fazê-lo. O futuro que respiram os cubanos já não é a utopia de uma sociedade sem Estado, sem classe e sem propriedade privada, mas é uma combinação entre direitos universais gratuitos e de qualidade, com relações mercantis disciplinadas por um Estado soberano. Diante deste cenário, dois dilemas se colocam para a revolução: até que ponto a mercantilização das relações sociais será compatível com a

preservação do ideário revolucionário, ainda que em sua versão minimalista? O Estado será capaz de disciplinar o capital em defesa da nação na periferia mundial, em pleno século XXI?

É provável que as contradições em aberto na transição cubana - os "fios soltos", no dizer de Valdes Paz - aflorem e se encaminhem em uma reforma constitucional anunciada pelo governo, que pode ocorrer ainda em 2017. Não há clareza sobre como se dará o processo, nem sobre o conteúdo e o alcance da reforma. Mas é certa a sua premência, já que muitas das "atualizações" em curso são, na prática, anticonstitucionais. Cogita-se que será necessário, afinal, produzir uma nova constituição (Fernández Estrada: 2016).

A nova etapa será selada com a aposentadoria de Raul Castro, quem anunciou que não se reelegerá à presidência do Conselho de Estado quando seu mandato expirar em fevereiro de 2018. O primeiro vice-presidente Miguel Diaz-Canel, que nasceu depois do triunfo revolucionário (no ano seguinte), é o mais cotado para o posto.

Na revolução que "assaltou a oligarquia, mas também os dogmas revolucionários" segundo Che Guevara, o otimismo da vontade enfrenta o pessimismo da razão.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Aurelio et al. Debate: 'Actualizando el modelo: economía política y cultura'. La Habana: *Temas*. N. 73: 70-80, enero - marzo de 2013.
- ALZUGARAY TRETO, Carlos. 'Cuba cincuenta años después: continuidad y cambio político'. La Habana: *Temas*. N. 60: 37-47, octubre - diciembre de 2009.
- CASTRO, Fidel. Discurso pronunciado na primeira graduação da Escola Latinoamericana de Medicina (ELAM) em 20 de agosto de 2005. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2005/esp/f200805e.html>>. Acesso em 18/01/2017.
- CASTRO, Raul. Discurso del General de Ejército Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en el VIII Período Ordinario de Sesiones de la Asamblea Nacional del Poder Popular, el 23 de diciembre del 2011. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2011/12/23/discurso-de-raul-castro-en-el-parlamento-de-cuba/#.WHio-VMrLIU>>. Acesso em 8/01/2017.
- COBO; Narciso et al. Debate: 'Actualizando el modelo: economía política y cultura'. La Habana: *Temas*. N. 73: 70-80, enero - marzo de 2013.
- DESSOTI, Fabiana Rita; SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; VASCONCELOS, Joana Salem. *Cuba: dilemas da revolução no século XXI*. São Paulo: Elefante: 2017.
- DÍAZ VÁZQUEZ, Julio A. 'Un balance crítico sobre la economía cubana. Notas sobre dirección y gestión'. La Habana: *Temas*. N. 66: 123-133, abril - junio de 2011.
- DUHARTE, Emilio et al. Debate: 'Actualizando el modelo: economía política y cultura'. La Habana: *Temas*. N. 73: 70-80, enero - marzo de 2013.
- FERNÁNDEZ ESTRADA, Julio Antonio et al. Debate: 'Politización/ despolitización en la cultura contemporánea'. La Habana: *Temas*. N. 76: 72-82, octubre - diciembre de 2013.
- GARCÉS, Carlos. Debate: 'Politización/ despolitización en la cultura contemporánea'. La Habana: *Temas*. N. 76: 72-82, octubre - diciembre de 2013.

- GARCÍA ÁLVAREZ, Anicia Esther; Anaya Cruz, Betsy. Gastos básicos de familias cubanas pensionadas y salario-dependientes. Havana: Revista Temas, n. 79: 89-94, julio-septiembre de 2014.
- GARCÍA, Tania et al. Debate: 'Actualizando el modelo: economía política y cultura'. La Habana: *Temas*. N. 73: 70-80, enero - marzo de 2013.
- GUANCHE, Julio Cesar et al. Debate: 'Politización/ despolitización en la cultura contemporánea'. La Habana: *Temas*. N. 76: 72-82, octubre - diciembre de 2013.
- HERNÁNDEZ, Rafael et al. Debate: 'Valores em crise?'. La Habana: *Temas*. N. 75: 67-80, julio - septiembre de 2013.
- IV Congreso del Partido Comunista de Cuba. Información sobre el resultado del Debate de los Lineamientos Maio de 2011. Disponible em: <http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/tabloide_debate_lineamientos.pdf>.
- KATZ, Claudio. *La epopeya cubana*. Disponible em: <<http://katz.lahaine.org/?p=243>>. Acceso em 12/4/2016.
- LIMIA DÍAZ, Ernesto. *Cuba: fim da história?* Colômbia: Ocean Sur, 2017.
- LÓPEZ R., Felipe; HERRERA CARLÉS, Humberto. 'Inversión extranjera: clave para el futuro de Cuba'. Em: *Forbes México*, marzo 2015. Disponible em: <<http://www.forbes.com.mx/inversion-extranjera-clave-para-el-futuro-de-cuba/#gs.V6HkLeE>>. Acceso em 14/1/2017.
- LÓPEZ SEGRERA, Francisco. *La revolución cubana. Propuestas, escenarios y alternativas*. España: El viejo topo, 2010.
- MALMIERCA, Rodrigo. Entrevista: 'Necesitamos atraer el capital extranjero'. Em: Cuba Debate. Novembro de 2016. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/11/01/rodrigo-malmierca-en-fihav-2016-necesitamos-atraer-el-capital-extranjero/#.WHecUVMrLIU>>. Acceso em 12/1/2017.
- MARTIN ROMERO, José Luis. "Las relaciones de trabajo: una asignatura pendiente en la política de la Actualización. *Temas*, n. 83: 66-74, julio-septiembre de 2015.
- MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. 'Un socialismo primitivo'. Em: Cuestiones de América. N. 13, Febrero - marzo de 2003. Disponible em: <<http://www.cuestiones.ws/revista/n13/feb03-fsm-cuba-fmh.htm>>. Acceso em 6/1/2017.
- NOVA, Armando. Debate: 'Actualizando el modelo: economía política y cultura'. La Habana: *Temas*. N. 73: 70-80, enero - marzo de 2013.
- ORGTEGA GONZÁLEZ, Diosnara et al. Debate: 'Que es para ti la Revolución: los jóvenes opinan'. La Habana: *Temas*. N. 56:152-160, julio- septiembre de 2008.
- PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución (Resolución del IV Congreso del PCC), junio de 2011. Disponible em: <www.congresopcc.cip.cu>. Acceso em 6/1/2017.
- PÉREZ, Ernesto et al. Debate: 'Que es para ti la Revolución: los jóvenes opinan'. La Habana: *Temas*. N. 56:152-160, julio- septiembre de 2008.
- RICARDO LUIS, Roger. 'Prensa e imagen Cuba ante el espejo de la realidad'. La Habana: *Temas*. N. 77: 49-55, enero - marzo de 2014.
- RODRÍGUEZ, José Luis. 'Cuba, su economía y la Unión Soviética'. Havana: *Revista Temas*. N. 68> 114-121, outubro-dezembro de 2011.
- ROJAS, Fernando Luis et al. Debate: 'Que es para ti la Revolución: los jóvenes opinan'. La Habana: *Temas*. N. 56:152-160, julio- septiembre de 2008.

SALAZAR FERNÁNDEZ, Diana (cord). *La red Capital Humano*. La Habana: Editorial Academia, 2012.

SEXTO, Luis et al. Debate: 'Politización/ despolitización en la cultura contemporánea'. La Habana: *Temas*. N. 76: 72-82, octubre - diciembre de 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. *História agrária da revolução cubana*. São Paulo: Alameda, 2016.

Entrevistas citadas: (5 a 14 de dezembro de 2016)

DACAL, Ariel. Educador Popular vinculado ao Centro Martin Luther King

FERNÁNDEZ ESTRADA, Julio Antonio. Advogado, ex-professor da Faculdade de Direito de Havana.

GARCÉS, Raul. Jornalista, vice-diretor da Revista Temas.

HERNÁNDEZ PEDRAZA, Gladys. Economista vinculada ao Centro de Investigaciones de la Economía Mundial.

HERNÁNDEZ, Rafael. Diretor da Revista Temas.

LIMIA DÍAZ, Ernesto. Assessor do Ministério da Cultura.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. Pesquisador do Centro de Estudos Juan Marinello.

MARTÍNEZ, Jenifer. Presidente da Federação de Estudantes Universitários (FEU).

MORLOTE, Luis. Vice-presidente da União de Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC).

PIÑEIRO HARNECKER, Camila. Especialista em cooperativismo.

RODRÍGUEZ, Jose Luis. Ex-ministro da economia de Cuba (1995-2009).

VALDÉS PAZ, Juan. Especialista em questão agrária, exerceu diversos postos no Estado.

*Recebido em 31 de janeiro de 2017.
Aprovado em 21 de junho de 2017.*

RESUMO

Este texto analisa os dilemas enfrentados pela revolução cubana no presente, onde a progressiva mercantilização das relações sociais se defronta com um relativo consenso político em torno da preservação de realizações sociais e da soberania, associados à revolução.

Palavras-chave: Revolução Cubana; Socialismo; Atualização.

ABSTRACT

Abstract: this article analyses the dilemmas faced by the Cuban revolution, as the commodification of social relations clashes with a relative consensus around the preservation of social accomplishments and national sovereignty associated to the revolution.

Key-words: Cuban Revolution; Socialism; Actualization.